


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de Araraquara  
FORO DE ARARAQUARA  
2ª VARA CÍVEL

Rua dos Libaneses, nº 1998, Fórum - Carmo

CEP: 14801-425 - Araraquara - SP

Telefone: (16) 3336-1888 - E-mail: araraq2cv@tjsp.jus.br

**CONCLUSÃO**

Em 03 de outubro de 2018, faço os presentes autos conclusos ao MM. Juiz de Direito da 2ª Vara Cível da Comarca de Araraquara, Dr. Heitor Luiz Ferreira do Amparo. O referido é verdade. Nada mais. Eu, ,Cristiane Marques Gomes Treviso, Assistente Judiciário, digitei.

**SENTENÇA**

Processo nº: 1008692-30.2018.8.26.0037 -  
Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes**  
Requerente: Marcio Alexandre Jorge  
Requerido: Banco Losango S/A- Banco Múltiplo

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Heitor Luiz Ferreira do Amparo

Vistos.

MÁRCIO ALEXANDRE JORGE, qualificada nos autos, promove contra BANCO LOSANGO S.A – BANCO MÚLTIPLO a presente ação ordinária alegando, em resumo, que ao tentar efetuar compras no comércio tomou conhecimento que seu nome havia sido incluído junto aos órgãos de proteção ao crédito pelo requerido; que nunca celebrou contrato com o requerido; que os fatos lhe causaram danos morais que devem ser por ele suportados. Pede a procedência da ação para esses fins.

Às págs. 32/33 foi deferida tutela de urgência para determinar a suspensão da publicidade negativa do nome do autor junto aos órgãos de proteção ao crédito relativamente ao apontamento de pag. 13 até ulterior decisão.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de Araraquara  
FORO DE ARARAQUARA  
2ª VARA CÍVEL

Rua dos Libaneses, nº 1998, Fórum - Carmo

CEP: 14801-425 - Araraquara - SP

Telefone: (16) 3336-1888 - E-mail: araraq2cv@tjsp.jus.br

O requerido contestou a ação aduzindo que a negativação foi legal; que o autor celebrou os contratos que descreve com Cybelar Com. e Indústria Ltda.; que agiu no exercício regular de direito; que o autor não sofreu danos morais. Pede a improcedência da ação (págs. 46/55).

O autor manifestou-se sobre a contestação (págs. 94/98).

É o relatório.

Não havendo necessidade de produção de outras provas, passo a decidir.

A pretensão inicial é procedente.

Com efeito, não há prova da existência de vínculo contratual entre autor e requerido.

O ônus da prova ao requerido pertencia, mas nada comprovou.

É certo, que nos contratos de págs. 86 e 87 embora conste o nome do autor como financiado, suas assinaturas comparadas à da procuração de págs. 11 e do documento de pág. 12 são divergentes, bem como o endereço de cadastro apresentado à pág. 48 pelo requerido e o descrito na inicial.

As demais justificativas oferecidas na contestação em nada favorecem o requerido, pois lhe cumpria verificar com segurança a existência do vínculo contratual antes de efetuar cobranças em nome do autor ou cadastrar o seu nome junto aos órgãos de restrição ao crédito.

No mais, os efeitos do procedimento do requerido encontram-se narrados no pedido inicial, e não demandam quaisquer outras provas


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de Araraquara  
FORO DE ARARAQUARA  
2ª VARA CÍVEL

Rua dos Libaneses, nº 1998, Fórum - Carmo

CEP: 14801-425 - Araraquara - SP

Telefone: (16) 3336-1888 - E-mail: araraq2cv@tjsp.jus.br

eis que de forma inequívoca se constata o abalo sofrido pelo autor em função da restrição indevida.

Justa, portanto, a pretensão como, aliás, prevê o artigo 5º, inciso X da Constituição Federal, e a Súmula 227 do Egrégio Superior Tribunal de Justiça, restando examinar o "quantum" da indenização.

Esse valor deve ser fixado em doze salários mínimos, proporcionando ao autor satisfação na justa medida do abalo sofrido, afastando-se o enriquecimento sem causa, eis que não se vislumbra má-fé no procedimento do requerido.

Diante do exposto, julgo procedente a ação para tornando definitiva a tutela de urgência deferida às págs. 32/33 declarar a inexistência dos débitos ali lançados, condenando, ainda, o requerido no pagamento da importância equivalente a doze salários mínimos nesta data vigentes no País, acrescida de juros de mora desde a citação, correção monetária a partir desta data (Súmula 362 S.T.J.).

Arcará, ainda, o requerido com o pagamento das custas processuais, e honorários de advogado de quinze por cento sobre o valor final da condenação.

Intime-se.

Araraquara, 04 de outubro de 2018

Heitor Luiz Ferreira do Amparo  
Juiz de Direito

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA